

# **Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais.**

**Borba<sup>1</sup>, MFS ; Gomes<sup>2</sup>, JCC ; Trujillo<sup>3</sup>, RG**

## **INTRODUÇÃO**

Ao tratar o tema devemos antes de tudo esclarecer que desenvolvimento endógeno não implica ausência de elementos externos, pois o processo de desenvolvimento pressupõe um diálogo constante entre elementos internos e externos. De um lado os atores locais se apropriam de componentes “globais” (cultura, signos, tecnologia, conhecimento, etc.), num processo permanente de desconstrução / reconstrução. De outro, o local oferta seus “produtos” ao global que assim se apropria de elementos locais (REMMERS, 1998). O desenvolvimento endógeno é aquele onde os elementos locais são a referência, ou seja, é aquele que parte das características e recursos locais (potencial endógeno) para promover uma nova coerência entre os elementos tradicionais e os externos, tratando de harmonizar as condições ecológicas, socioculturais e econômicas locais. O desenvolvimento endógeno é compreendido como desenvolvimento local, produzido principalmente por impulsos locais e largamente fundado sobre os recursos locais. Não estamos falando de autarquias (isolamento total) ou regiões totalmente autônomas. O que argumentamos é que a determinação das opções e o controle deve ser local e os benefícios mantidos no local num “*processo auto-centrado onde a maior parte dos valores gerados sejam re-allocados no local*” (LONG & van der PLOEG, 1994).

## **DESENVOLVIMENTO**

O desenvolvimento endógeno para Long e Van der Ploeg (1994) é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo, etc. Ao contrário da modernização<sup>4</sup>, o desenvolvimento endógeno tem como ponto de referência as características socioculturais,

---

<sup>1</sup> Pesquisador da Embrapa Pecuária Sul, Bagé, RS. Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável

<sup>2</sup> Pesquisador da Embrapa Clima Temperado, Pelotas. Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável

<sup>3</sup> Professor do Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos – ISEC da Universidade de Córdoba, Espanha

<sup>4</sup> Arce & Long (2000:2) citando Comaroff & Comaroff (1993:xiii) apresentam a “modernização” como um conjunto compreensivo de medidas técnicas e institucionais com o objetivo de estender a transformação societal, sustentadas por narrativas teóricas neo-evolutivas. Modernização é normalmente uma iniciativa política empreendida e implementada pelas elites administrativas e tecnológicas cosmopolitas. Aqui nos referimos de forma ampla a modernização como a transformação de sociedades tradicionais em modernas, caracterizadas por avanços tecnológicos, prosperidade material e estabilidade política; e mais especificamente a modernização da agricultura como a implementação da racionalidade industrial na apropriação dos recursos naturais onde as intervenções humanas são legitimadas pelo conhecimento científico.

ecológicas e, por que não dizer, econômicas locais como suporte na hora de estabelecer relações. Isto é, o desenvolvimento cobra um re-direcionamento no sentido de qualquer processo de câmbio social. De maneira alguma significa romper relações externas na esperança de evitar simplesmente o desaparecimento de elementos socioculturais e ecológicos vinculados ao lugar. Se trata de buscar formas de integrar as identidades culturais e os processos globais num esforço para impedir que nos tornemos "simples consumidores de modelos culturais elaborados pelos mercados" (TOURAINÉ, 1997), mas não significa a exacerbação fundamentalista das identidades culturais, nacionais ou locais, como forma de evitar intercâmbios externos na tentativa de evitar "ver-nos arrastados pelas mensagens ao mesmo tempo sedutoras e impessoais da sociedade de massas" (*ibid*). Então o desenvolvimento endógeno não significa ausência de elementos externos; significa *localização* do desenvolvimento.

Para Remmers (2000) o desenvolvimento endógeno é aquele que entende e fomenta a capacidade localizadora dos atores locais. Em palavras de Remmers (1998:11), [localização é] um processo que não significa só a produção e o consumo de recursos num contexto espacial reduzido, ainda que possa significá-lo. Sobretudo é um 'processo social em que as pessoas progressivamente percebem que tem um maior controle sobre a direção de suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro de um contexto global e articulando-se com ele, a peculiar qualidade de seu lugar de vida, tanto na sua vertente de recursos naturais e humanos como na vertente de controle do processo de desenvolvimento'. Um processo que pode reverter e modificar o processo de globalização. Ou como muito bem define Sevilla Guzmán (2001:41); o endógeno não pode ser visualizado como algo estático e que refaz o externo. Ao contrário, o endógeno "digere" o que vem desde fora, mediante a adaptação a sua lógica etnoecológica e sociocultural de funcionamento. Ou seja, o externo se incorpora ao endógeno quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a auto-definição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais é que se produz tal assimilação.

O potencial endógeno estaria associado então ao conjunto de recursos disponíveis localmente (naturais e culturais) que podem ser potencializados para promover o desenvolvimento local. Neste aspecto defendemos que aquelas regiões onde o processo de modernização é incompleto ou inacabado são as que apresentam grandes vantagens para o desenho de modelos alternativos de desenvolvimento. Isso em função da possibilidade de conservação de elementos que podem proporcionar a geração de produtos agrícolas, artesanais e serviços de qualidade diferenciada.

Sevilla Guzmán aponta duas dimensões fundamentais do potencial endógeno. Uma humana e outra ambiental ou ecológica. Para o autor a dimensão social envolve todos os esforços dos grupos locais para resistir aos processos de modernização industrial. Neste caso podemos considerar como elementos chave a organização, os processos participativos, a autonomia, a identidade, a cooperação, a força e a organização social do trabalho e o conhecimento local. Na dimensão ecológica poderíamos citar uma agricultura de baixos *inputs*, a escala de produção, a base energética e o manejo dos agroecossistemas e de sua diversidade (SEVILLA GUZMÁN, 1995). Ha quem coloque o potencial endógeno de desenvolvimento menos na habilidade para resistir ao capitalismo e mais na capacidade de “trabalhar” com ele (SLEE, 1994).

No âmbito deste artigo o potencial endógeno se situa na capacidade local de gerar diversidade de estratégias<sup>5</sup> de desenvolvimento sustentável, ou seja, na capacidade de recriar as condições de existência de uma categoria social como por exemplo a agricultura familiar ou o campesinato, a partir, ainda que não exclusivamente, de elementos locais. E esta, para fins didáticos, associado ao conceito de *modos de apropriação da natureza*<sup>6</sup> (TOLEDO et al.,1998).

## **Desenvolvimento Endógeno**

Desde a perspectiva das teorias da modernização, o desenvolvimento rural<sup>7</sup> apresenta uma determinação estrutural. Ou seja, desde tal perspectiva as principais forças do moderno desenvolvimento são situadas fora do rural, o desenvolvimento é exógeno. Em contrapartida a esta abordagem que se revelou incapaz de promover o desenvolvimento de amplas zonas rurais, especialmente do Terceiro Mundo (ainda que também dentro do mundo “desenvolvido” extensas áreas foram marginadas), uma maior atenção é agora dedicada as possibilidades de um desenvolvimento endógeno.

---

<sup>5</sup> Estrategia = arte de explorar as condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos (Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa).

<sup>6</sup> O termo apropriação se refere ao “ato pelo qual os humanos fazem transitar um fragmento de matéria (ou energia) desde o ‘espaço natural’ até o ‘espaço social’ “. Aqui cabe ressaltar que tal ação determina e é determinada pelos ecossistemas ao mesmo tempo que determina e é determinada pelos demais processos que conformam o metabolismo geral (circulação, transformação, consumo e excreção). Que a apropriação seja o determinante ou determinado do metabolismo depende do momento histórico em que situamos tal análise. Enquanto nas sociedades tradicionais a apropriação-produção foi (e é) o elemento determinante, nas sociedades industriais é a transformação e o consumo quem determinam o processo geral de metabolismo.

<sup>7</sup> A modernização da agricultura é concebida como um processo essencialmente *exógeno*, fundado em ações prescritivas e unilineares (*desenvolvimento rural = transferência de tecnologia e maiores níveis de integração aos mercados*), que desconsideram sistematicamente as condições ecológicas e socioculturais do local onde intervém. Se trata de uma concepção *a priori* do desenvolvimento; gestada e controlada *desde fora* e orientada por interesses distantes. A agricultura deixa de ser orgânica, são reduzidas as relações ecológicas e são incrementadas as relações econômicas. A agricultura passa a ser definitivamente um ramo da indústria, onde a apropriação e a produção só são concebidas a partir da mobilização de recursos desde o mercado

A diferença entre ambos enfoques situa-se em que o desenvolvimento endógeno inclui a determinação local das opções, um controle local sobre o processo e a retenção dos benefícios deste desenvolvimento no local. O modelo endógeno de desenvolvimento é baseado principalmente, mas não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis. O desenvolvimento endógeno “pode revitalizar e dar uma nova dinâmica aos recursos locais, que de outra forma poderiam tornar-se supérfluos”. A íntima dependência entre o desenvolvimento endógeno e os recursos locais pode ter um impacto positivo sobre os interesses e perspectivas locais, afirmam van der Ploeg & Saccomandi (1995), ainda que recordem que tal potencial também depende de uma série de fatores, como os vínculos entre a localidade, o mercado e as políticas.

Os autores afirmam que as formas empíricas de desenvolvimento endógeno não podem ser reduzidas a simples remanescentes do passado ou resíduos passíveis de rápido desaparecimento. Reconhecem, em primeiro lugar, que no desenvolvimento endógeno há tanto dinamismo e adaptação como nos modelos de desenvolvimento exógeno, ainda que a dinâmica específica de cada modelo difira significativamente. Por outro lado, afirmam que os modelos de desenvolvimento endógeno são tão caracterizados pelas tendências de desenvolvimento tecnológico e do mercado como os modelos exógenos. A diferença reside em que enquanto para o desenvolvimento exógeno a *internalização* de novas tecnologias e novas tendências de mercado são as características predominantes, no desenvolvimento endógeno o distanciamento e a ativa *reconstrução* são os comportamentos que caracterizam suas relações com o mercado e o fornecimento de novas tecnologias.

Outra importante distinção é o fato de que o desenvolvimento endógeno é mais capaz de responder aos novos desafios ecológicos. Como última, e talvez mais importante, diferença entre os dois enfoques citam as inter-relações que caracterizam os custos de transação, custos de transformação e custos de manejo. Ou seja, os modelos exógenos têm maiores custos de transação, já que mobilizam a maior parte dos recursos a partir do mercado; e de transformação, já que o processo de conversão, neste caso, é predominantemente dependente de tecnologia. Segundo os autores isso explica o mistério porque as “agriculturas menos desenvolvidas” podem competir com tipos “mais desenvolvidos, altamente tecnológicos” (van der PLOEG & SACCOMANDI, 1995).

De acordo com Picchi (1994) o desenvolvimento endógeno é compreendido como ‘desenvolvimento local produzido principalmente por impulsos locais e fundado em grande parte sobre recursos locais’. O autor cita os seguintes elementos como críticos para o desenvolvimento ‘desde dentro’ na região de Emilia-Romagna, na Itália: a importância do setor agrícola para a provisão de capital e trabalho necessários aos empreendimentos não-

agrícolas; a habilidade deste trabalho para se envolver com novas atividades econômicas; a orientação cultural para o auto-emprego; uma extensa rede de pequenos e meios empreendimentos; e um denso sistema de interdependência entre setores econômicos e unidades. Identifica ainda um conjunto de arranjos político-institucionais que ajudaram a fortalecer os modelos de desenvolvimento endógeno, onde inclui uma rica rede de serviços providas pela administração local aos setores econômicos, mecanismos de planejamento dirigidos ao fortalecimento do modelo de desenvolvimento e um clima estável para o desenvolvimento industrial.

Apesar da possibilidade de identificar tais elementos implicados na mobilização do potencial para o desenvolvimento local, para Lowe et al. (1995) as ciências sociais não têm sido particularmente exitosas em prover modelos teóricos úteis para abordar o desenvolvimento endógeno. Assim que o câmbio de uma estratégia exógena de desenvolvimento a uma estratégia de desenvolvimento endógena tem sido dirigido por realidades práticas e não pela teoria. 'O desenvolvimento endógeno não é tanto um conceito com raízes teóricas claramente definidas, é mais uma perspectiva do desenvolvimento rural, fortemente sustentada por julgamentos de valor sobre formas desejáveis de desenvolvimento' (SLEE, 1994). Segundo este autor muitas agências de desenvolvimento tem simplesmente adaptado seus *modus operandi*, sem alterar seus objetivos, por reconhecer que os ganhos de longo prazo do desenvolvimento serão asseguradas mais efetivamente através do fortalecimento de iniciativas locais. De forma que seria errôneo descrever tais câmbios na prática do desenvolvimento como uma substituição de desenvolvimento exógeno por desenvolvimento endógeno. Para Slee "ambos são exemplos de desenvolvimento dependente, ainda que estratégias de desenvolvimento endógeno possam prover mais oportunidades para se configurar processos de desenvolvimento a partir das circunstâncias social, econômica e cultural locais"

Para Lowe et al. (1995), a análise de Slee pode bem caracterizar a mudança de tática de algumas agências, mas não pode ser aceita como uma conceitualização do desenvolvimento endógeno. Para eles se o desenvolvimento endógeno tem algum significado ele necessita referir-se ao potencial local para o desenvolvimento, o qual as agências do estado podem ser capazes de estimular e direcionar, mas que existem independente delas. Para Lowe e colaboradores a análise de Slee se deve ao referencial teórico utilizado, ou seja, a literatura neoclássica e Marxista. Outro elemento importante proporcionado por estes autores é que rechaçam o balanço entre recursos locais e externos proposto por van der Ploeg & Long (1994) como determinante do desenvolvimento endógeno. Para van der Ploeg os modelos de desenvolvimento endógeno são fundados principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades

ecológicas, a força de trabalho, o conhecimento e os vínculos locais entre produção e consumo.

Para Lowe et al. a distinção crucial é o controle do processo do desenvolvimento, se local ou externo. Se os indivíduos ou grupos locais são objetos ou sujeitos do desenvolvimento. Consideram a definição de van der Ploeg & Long inadequada porque não considera a questão de como os circuitos locais de produção e consumo se articulam com circuitos externos. Crêem que o discurso de desenvolvimento endógeno/exógeno está fortemente enraizado em fronteiras geográficas e que isso evita que se compreenda as complexas relações sociais e institucionais que estruturam o processo de produção e consumo de alimentos. Concluem por reconfigurar o desenvolvimento endógeno e exógeno como relações de poder e que um foco institucional que especifique precisamente como os vínculos entre atores locais e externos são estabelecidos e a natureza das relações especificadas por aqueles vínculos, é uma maneira útil para proceder. Propõem a análise das redes para integrar o estudo de formas econômicas com processos sociais que interferem no desenvolvimento de uma zona ou região.

Enfim, apesar da crítica apresentada, o desenvolvimento endógeno mantém marcadas diferenças quando confrontado com os modelos exógenos de desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno é localmente determinado enquanto o desenvolvimento exógeno é enxertado no local e é externamente determinado; o desenvolvimento endógeno tende a manter os benefícios do desenvolvimento na economia local, o desenvolvimento exógeno tende a exportar os produtos para fora das regiões; o desenvolvimento endógeno respeita os valores locais, o desenvolvimento exógeno tende a suplanta-los (SLEE, 1994). Aparte disso, há que considerar que muitos dos esforços teóricos são para marcar tal orientação do desenvolvimento dentro da teoria econômica clássica, algo que desde logo nos parece totalmente impossível dada a visão estrutural mantida por esta corrente com relação a determinação do desenvolvimento e ao caráter único de cada experiência, que por si só impediria qualquer tentativa de alcançar uma teoria geral. Para o âmbito deste artigo julgamos que tal crítica não é suficiente para que se abandone tal perspectiva, bem ao contrário, cremos que a continuada contribuição empírica a tal modelo só fará reforçar a demanda as ciências sociais para uma continuada busca por explicações teóricas capazes de explicar fenômenos tão variados como podem ser as diferentes experiências endógenas, únicas em cada local.

De outra parte, encontramos a visão do desenvolvimento endógeno como um dos pontos chave da agroecologia, para quem a sustentabilidade só adquire sentido através da clarificação teórica de tal conceito (GUZMÁN CASADO et al., 2000:144). Desde a agroecologia

o endógeno é um repertório cultural e ecológico próprio surgidos de uma relação entre o homem e a natureza. O mais relevante das respostas socioculturais e ecológicas geradas desde o local o constituem os mecanismos de reprodução e as relações sociais que delas surgem. É nos processos de trabalho, e nas instituições sociais geradas em torno a eles, onde aparece a autêntica dimensão do endógeno. A agroecologia pretende ativar tal potencial endógeno com o objetivo de produzir novas respostas e de fazer ressurgir as antigas (se estas são sustentáveis) (ibid.:146)). Desde esta perspectiva o endógeno é algo dinâmico que “digere o de fora mediante a adaptação a sua lógica etnoecológica de funcionamento”. Considerando que as forças sociais existentes na localidade são heterogêneas, de maneira que se geram diversos “estilos de manejo dos recursos naturais”, onde uns incorporam acriticamente os elementos da modernização e outros os rechaçam por ser agressivos e anti-éticos, a agroecologia pretende potenciar os elementos de resistência específicos de cada local. Isso através da potenciação das formas de ação social coletiva que possuem um potencial endógeno transformador.

Para encerrar queremos apresentar uma última visão sobre o desenvolvimento rural que se distingue da modernização, justamente desde a agroecologia. Calatrava (1995), propõe um modelo de desenvolvimento rural ao que atribui características de integral, endógeno e sustentável. Para Calatrava não existe desenvolvimento rural se este não está baseado na agricultura e sua articulação com o sistema sociocultural local, como suporte para a manutenção dos recursos naturais. A partir deste trabalho, Guzmán Casado et al (2000) fazem as modificações que julgam necessárias para adapta-la ao enfoque agroecológico. Com isso chegam as seguintes características, que segundo os autores anteriormente citados, seriam necessárias para a elaboração de um plano de desenvolvimento rural: 1) **Integralidade** – tal característica se refere a necessidade de aproveitar as potencialidades dos distintos recursos disponíveis na zona, quer dizer, “buscar o estabelecimento de atividades econômicas e socioculturais que abarquem a maior parte dos setores econômicos necessários para permitir o acesso aos meios de vida da população, incrementando o bem estar da população”; 2) **Harmonia e equilíbrio** – deve buscar-se um equilíbrio entre crescimento econômico e a manutenção da qualidade ambiental, ou seja, manter a harmonia entre os sistemas econômicos e ecológicos; 3) **Autonomia de gestão e controle** – devem ser os próprios habitantes da zona os responsáveis por gestar, gerir e controlar os elementos do processo de desenvolvimento; 4) **Minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas** – o processo de desenvolvimento deve evitar a degradação dos elementos da biosfera, como o solo, a atmosfera, os recursos hídricos e a diversidade.

Em nossa proposta de desenvolvimento rural joga um papel fundamental o estabelecimento de redes locais de intercâmbio de

*inputs*, como elementos de resistência e enfrentamento ao controle que exercem as empresas comerciais como provedoras de *inputs* industriais no manejo dos recursos naturais, tanto na fase de produção como de comercialização (GUZMÁN CASADO, 2000).

5) **Manutenção e potencialização dos circuitos curtos** – esta característica está fortemente vinculada a anterior e diz respeito a estratégias para manter e potencializar, na medida do possível, os mercados locais. Quer dizer, “só depois de adquirir a experiência e o controle adequados nesse mercado, deveria dar-se o passo seguinte em direção a um mercado regional. E só no caso de haver adquirido um conhecimento suficiente sobre a complexidade dos processos de intercâmbio a este nível e do estabelecimento de mecanismos de defesa frente a estrutura de poder dos mercados convencionais, deveria ser possível introduzir-se em mercados regionais, e inclusive (quando o debate interno entre as redes alternativas locais de comercialização, assim o aconselhe) entrar em mercados de exportação de natureza solidária; 6) **Utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais** – esta é uma característica central do enfoque agroecológico. Esta se refere a recuperação da lógica de funcionamento do agroecossistema. Ainda que reconheçam que nas zonas rurais das “sociedades avançadas” a erosão do conhecimento tem sido muito forte, que inclusive resultaria difícil recupera-lo, reafirmam as evidências empíricas que demonstram a recriação e até a inovação tecnológica de natureza meioambiental, “lá onde o homem recobra a coevolução com seu agroecossistema”. E asseguram que não faz falta “um manejo camponês, produto da sabedoria acumulada pela transmissão oral do conhecimento durante gerações, para o desenvolvimento de tecnologia de natureza meioambiental específicas de um agroecossistema. É a lógica ecológica existente nos ciclos naturais, vinculados a cada pedaço de natureza, a que possibilita a geração do conhecimento local.

Neste sentido apontam para a possibilidade de produzir conhecimentos locais capazes de gerar soluções, inclusive em agroecossistemas extremamente artificializados. Como afirma Calatrava:

No caso de que se trate de uma zona de agricultura industrial, inclusive muito intensiva, deve-se analisar detidamente seu nível de sustentabilidade, e tentar reconduzir o sistema nesse sentido. Isto não implica necessariamente a implantação da agricultura ecológica no sentido estrito, senão a recondução gradual dos sistemas agrários para situações ecologicamente mais desejáveis” (CALATRAVA, 1995:315).

7) **Pluriatividade, seletividade e complementaridade das rendas** – se refere a complementaridade de atividades, e supõe uma recuperação das práticas sustentáveis que



historicamente se realizavam. Em tal perspectiva “o turismo rural só é válido no contexto das atividades associativas existentes na comunidade rural, para reforçar seus laços de solidariedade e buscando uma complementaridade de rendas que permita o incremento de nível de vida dos agricultores”. O caráter seletivo se refere a necessidade de escolher cuidadosamente em cada zona aquelas atividades produtivas que hão de constituir a complementaridade de rendas, a qual deve ter um caráter participativo já que a pluriatividade deve enquadrar-se nas formas de ação social coletiva presentes na comunidade” (GUZMÁN CASADO, 2000).

### **CONCLUSÃO**

Apesar das perspectivas dominantes sobre o desenvolvimento rural, há uma série de visões distintas sobre o que seriam abordagens mais adequadas, especialmente quando do que se trata é do desenvolvimento de zonas tradicionais ou marginadas. Entre as “outras visões” apontadas, opinamos que os modelos endógenos de desenvolvimento, em conexão com as características atribuídas pela agroecologia aos planos de desenvolvimento rural, são as mais adequadas ao modelo proposto para regiões marginalizadas que apresentam formas de produção de natureza ecológica, ainda que por contingência, em função da não adoção do modelo da modernização da agricultura.

### **Bibliografia Citada**

- ARCE, A ; LONG, N. (eds.) **Anthropology, development and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence**, Routledge, London, 232p., 2000.
- CALATRAVA REQUENA, J. Actividad agraria y sustentabilidad en el desarrollo rural. In: RAMOS, E. L. y VILLALÓN, J. C. (eds.) *Hacia un nuevo sistema rural*. MAPA. Madrid, pp. 303-329, 1995.
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZALES de MOLINA, M.; SEVILLA, E., **Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 535p, 2000.
- LONG, A.; van der PLOEG, J.D. **Endogenous Development: Practices and Perspectives In: Born from Within: practice and perspectives of Endogenous Rural Development, van der Ploeg, J. D. & Long, A. (eds.), Van Gorcum, Assen, The Netherlands**, 298p, 1994.
- LOWE, P. ; MURDOCH, J. & WARD, N. Networks in rural development: beyond exogenous and endogenous models. In: van der PLOEG y van DIJK (eds.) 1995 *Beyond Modernization. The Impact of endogenous development*. Assen: Van Gorcum, 1995.
- PICCHI, A. The relations between central and local powers as context for endogenous development. In: van der PLOEG, J. D. y LONG, A. (eds) **Born from within: practice**

**and perspectives of endogenous rural development**, Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 298p., 1994.

REMMERS, G. **Con cojones y maestría. Un estudio sociológico acerca del desarrollo rural endógeno y proceso de localización en la sierra de la Contraviesa** (España). Thela Publishers, Amsterdam, 380p., 1998.

REMMERS, G. **El Desarrollo Endógeno en Zonas Rurales: acertando en un blanco móvil. In: Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible**, Guzmán Casado, G; Gonzáles de Molina, M.; Sevilla Guzmán, E. (eds) Madrid: Mundiprensa, 534p., 2000.

SEVILLA GUZMÁN, E. El marco teórico de la agroecología. Córdoba. ISEC/ Universidad de Córdoba, 1995.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.1:35-45, jan./mar, 2001.

SLEE, B., **Theoretical Aspects of the Study of Endogenous Development. In:** van der PLOEG, J. D. y LONG, A. (eds) **Born from Within.: practice and perspectives of Endogenous Rural Development**, , Van Gorcum, Assen, The Netherlands, 298p., 1994.

TOLEDO, V.M. ; ALÁRCON-CHAIRES, P. ; BARÓN, L., **La Modernización Rural de México (mimeo.)**, 1998.

TOLEDO, V.M. ; ALÁRCON-CHAIRES, P. ; BARÓN, L., **Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México, *Estudios Agrarios***, 12:55-90, 1999.

TOURAINÉ, A.,. **¿Podremos Vivir juntos? Iguales y diferentes**, Madrid: Ed. PPC, 445p., 1997.

van der PLOEG, J.D. & SACCOMANDI, V. On impact of endogenous development in agriculture. In: van der PLOEG, J.D. & van DIJK,G. (eds.) 1995 **Beyond modernization. The impact of endogenous development**. Assen: Van Gorcum, 1995.